



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

29 de Maio 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia - Joinville

Editoria: Carlos Damião

Data: 29/05/2014

Assunto: Visita ministro

Página: 08

Notícias do Dia

Educação

O ministro da Educação, Henrique Paim, visitou ontem o Núcleo de Educação Infantil Municipal Zilda Arns, da Capital, que atende 160 crianças. A unidade foi a primeira do país que teve ajuda do ProInfância (Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil). Paim foi ciceroneado pelo secretário de Educação, Rodolfo Joaquim Pinto da Luz, e pela diretora da unidade, Joice Jacques da Costa Pereira.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 29/05/2014
Assunto: Sinte		Página: Online



Sinte: "A dupla derrota política"

Diretoria do Sinte encaminha e-mail contestado o blogueiro sobre comentário relativo as duas derrotas políticas: uma, em quatro cidades catarinenses que tiveram fracassadas mobilizações na campanha contra o governador Raimundo Colombo; e outra no Superior Tribunal de Justiça, que rejeitou ação da Associação Catarinense de Professores, que pretendia aplicação dos índices de reajuste do piso salarial em toda a carreira.

Veja a primeira parte da nota:

"Com relação aos Atos Macrorregionais organizados pelo Sindicato nas cidades de Florianópolis, Joinville, Chapecó e Lages, no último dia 21 de maio, já era de conhecimento da entidade que os mesmos não teriam participação massiva da categoria. Nosso principal objetivo era dialogar com a sociedade mostrando a ela o descaso do governo estadual com a educação. Nestes atos foram distribuídos materiais impressos que deverão ser entregues nas escolas para os pais de nossos alunos.

O conteúdo de nossos materiais mostra a verdade sobre a precarização das escolas por todo o estado, situação bastante divulgada pela imprensa, inclusive pelo Grupo RBS. Vale destacar que, grande parte dessas escolas não possui laudos do Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária para seu funcionamento, trazendo sérios riscos aos professores, funcionários e alunos. Não há bibliotecas e as que existem não passam de depósitos de livros didáticos, os laboratórios de informática carecem de equipamentos, pois são poucos computadores para muitos alunos e a maioria delas também não possui laboratório de ciências.

A política do Governo pune o trabalhador da educação, além de negar o pagamento do piso na carreira, cerceia seu direito de liberdade a organização sindical, pois ao participar dos atos, assembleias e seminários chamados pela entidade, este profissional leva falta e além do desconto do seu salário, repercute em sua carreira, pois impede sua progressão funcional. A tentativa de negociação feita pelo SINTE com o governo pela anistia das faltas das últimas mobilizações, mesmo após a reposição dos dias parados, não foi atendida o que leva a categoria a recuar para não ser mais prejudicada.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Para nós trabalhadores, um ato seja qual for, mesmo com pouca adesão não é uma derrota, pois sendo estes atos de denuncia cumpriram o objetivo de informar a sociedade sobre o problema, que aliás foi bastante receptiva a causa e sabe muito bem o que acontece pois são seus filhos e filhas que frequentam estas escolas. Entendemos que a derrota quem sofre é a educação pública pela forma como vem sendo tratada, não apenas pelo atual governo mas pela ampla maioria deles. A derrota quem sofreu e sofre é a sociedade catarinense pelo enorme prejuízo social advindo das políticas equivocadas para a educação."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 29/05/2014
Assunto: Sinte		Página: Online



Sinte(2) e "as greves pelo Estado"

A Diretoria do Sinte manifesta-se, também, em e-mail ao blog, sobre comentário relacionado ao conflito entre os sindicatos patronais e de trabalhadores de Blumenau, repudiando a greve dos servidores. Líderes sindicais do Vale enfatizaram que naquela ocasião, o Sinte meteu-se ilegitimamente em seara alheia. Veja:

"Quanto à nota publicada pelo SINTE, a qual defendemos o direito constitucional dos trabalhadores em reivindicarem condições decentes de salário e trabalho, dos municípios de Blumenau, em greve desde o dia 21/05. Respeitamos mas não concordamos com a forma colocada pela coluna que isenta o poder público, jogando nos ombros dos trabalhadores toda a responsabilidade pela situação, dando a entender que os direitos das crianças e da população não estão sendo respeitados.

Lembramos que vivemos em um Estado Democrático de Direito e o direito dos trabalhadores deve ser levado em conta e entre eles está o direito à livre manifestação. O descaso da Prefeitura de Blumenau levou esses profissionais ao enfretamento, pois o poder público mantém uma defasagem salarial de cerca de 30% que já dura 17 anos e não negocia com a categoria. Isso não é mencionado pela nota em questão.

É função social da imprensa é, divulgar de forma clara e isenta a verdade de ambos os lados e a tentativa de criminalizar os movimentos sociais, visando desqualificar e marginalizar as lutas de classes e sindicais não contribui em nada para resolver as distorções existentes na sociedade.

Cada vez mais o SINTE/SC vem se preocupando com a situação dos trabalhadores do Estado, e com o governo atual concorrendo a reeleição ficamos ainda mais apreensivos. O que será da educação nos próximos quatro anos? Por isso, continuaremos com a nossa campanha de denúncias deste ou qualquer outro governo, pois queremos mudanças para toda a sociedade Catarinense."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 29/05/2014
Assunto: Ministro		Página: Online



Ministro da Educação visita unidade infantil em Florianópolis

O Ministro da Educação, Henrique Paim, visitou nesta quarta-feira o Núcleo de Educação Infantil Municipal Zilda Arns, em Florianópolis, responsável pelo atendimento de 160 crianças. A unidade foi a primeira do país que teve ajuda financeira do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil, o ProInfância, que faz parte das ações do Ministério da Educação. Estiveram presentes também na visita o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Romeu Caputo, e o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), José Francisco Soares.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Blog Moacir Pereira	Editoria: Blog Moacir Pereira	Data: 29/05/2014
Assunto: Consed		Página: Online



Os novos membros do Conselho de Educação

Pela primeira vez a União Catarinense de Estudantes (UCE) vai ter um representante no Conselho Estadual de Educação. Foi nomeado pelo governador para assumir cadeira no colegiado Yuri Becker dos Santos. O Diário Oficial publicou atos de recondução dos conselheiros Mauricio Fernandes Pereira e José Roberto Provesi.

Os suplentes

O ex-deputado João Matos, que já atuou como secretário da Educação, foi nomeado novo membro do Conselho Estadual de Educação. Indicado pela Unime foi o professor Rodolfo Pinto da Luz. E os suplentes, com mandato a partir de junho, Sérgio Roberto Arruda, Antônio Carlos Nunes e Elza Moretto.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 29/05/2014
Assunto: PNE		Página: Online

EX-JORNAL EXERCÍCIO DO BRASIL - F.F.F. - WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

Câmara aprova texto base do Plano Nacional de Educação

A Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (28), o texto base do Plano Nacional de Educação –projeto que define 20 metas para o setor na próxima década. Os trechos mais polêmicos do texto, no entanto, devem ser debatidos apenas na próxima semana, quando o texto poderá, então, ir à sanção presidencial.

Se confirmado o cronograma, os objetivos previstos –desde a educação infantil até a pós-graduação– entrarão em vigor com três anos de atraso. O PNE anterior teve vigência entre 2001 e 2010, e desde então o novo projeto tramita no Congresso Nacional.

Entre as metas definidas, estão a aplicação de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) em educação –hoje esse percentual está na casa dos 6%– e a oferta de educação em tempo integral a 25% dos alunos matriculados na rede pública de educação básica. "É a meta que pode revolucionar a educação no nosso país", disse o deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), relator da matéria.

POLÊMICAS

Na noite de hoje, PDT, PSB e PMDB apresentaram três destaques ao texto. Dois deles tratam dos recursos que serão computados no cálculo de 10% do PIB.

PDT e PSB defendem que a conta não inclua despesas com o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), bolsas do Ciência sem Fronteiras e isenção fiscal das instituições privadas que participam do Prouni (programa de bolsas para alunos de baixa renda), por exemplo. Entidades educacionais e a UNE (União Nacional dos Estudantes) têm posição semelhante.

O terceiro destaque retira do texto a previsão de que a União repasse recursos financeiros a Estados, Distrito Federal e municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi (custo aluno-qualidade inicial).

Esse conceito cria um valor mínimo para estudantes da educação básica receberem um ensino de qualidade, e reúne fatores como salário dos professores e jornada dos alunos. Segundo a Folha apurou, esse trecho é visto com ressalva por técnicos do Ministério da Educação, que seria o responsável por esse repasse.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 29/05/2014
Assunto: Sistema de identificação		Página: Online



Secretaria de Educação de São Paulo lança novo sistema de identificação de alunos

“Foto do aluno” permite o registro de 4 milhões de estudantes da rede estadual

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo acaba de lançar o novo sistema “Foto do Aluno”, que permitirá o registro fotográfico anual dos 4 milhões de alunos da rede estadual matriculados nas 5 mil unidades de ensino. A novidade vai auxiliar o Programa São Paulo em Busca das Crianças e Adolescentes Desaparecidos, criado em 2012 pelo governo do Estado.

Com a parceria da Educação, as imagens farão parte de um grande banco de dados compartilhado com a polícia e podem ser acessadas assim que a família registrar o Boletim de Ocorrência do desaparecimento. Dessa forma, será possível, por exemplo, manipular as imagens e estimar a fisionomia atual da vítima, mesmo em casos ocorridos há vários anos.

São dois tipos de fotos a serem registradas no formato 3x4: de frente e de perfil. Todas serão confirmadas pelo gerente de organização escolar, profissional que foi capacitado para acessar o sistema e aprovar as fotos de cada aluno. O processo será atualizado anualmente.

— O sistema será muito útil no acompanhamento anual de nossos alunos e vai colaborar com as ações do Programa São Paulo em Busca de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. A expectativa é que a parceria auxilie as investigações e diminua o tempo de espera das famílias que vivem o drama do desaparecimento”, professor Herman Voorwald, secretária estadual de educação.

Carteirinha e controle

Além de auxiliar as ações de busca por desaparecidos, o sistema também será utilizado na emissão de mais um documento de identificação dos alunos do ensino fundamental, ensino médio e EJA (Educação de Jovens e Adultos). Na ‘carteirinha de estudante’ serão impressos, além da foto, nome do aluno, número de registro (RA), assim como escola e município.

Para evitar o risco de falsificações, o documento possui um certificado digital, chamado QR Code. Com ajuda da câmera dos aparelhos de celular, o código se transforma em texto e servirá para o controle das escolas. A ideia é que o estudante a tenha sempre em mãos. Cada unidade de ensino será responsável pela impressão e distribuição das vias.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

As carteirinhas também garantirão ainda aos alunos da rede estadual o direito da meia-entrada em cinemas, espetáculos teatrais, esportivos, musicais e de lazer, conforme determinada a Lei Estadual nº 7844 (de 13/05/92).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 29/05/2014
Assunto: PNE		Página: Online



Câmara aprova texto-base do Plano Nacional de Educação

Por acordo entre as lideranças, destaques serão votados na próxima semana

Após três anos de tramitação, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na noite desta quarta-feira (28), o texto-base do Plano Nacional de Educação (PNE - PL 8035/10).

Por acordo entre as lideranças, os destaques apresentados pelos partidos ao texto serão analisados na próxima semana. Depois, irá à sanção da presidente Dilma Rousseff.

Entre as mudanças aprovadas pela Câmara na comissão especial, após receber o texto do Senado, está a meta de atingir a aplicação de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) em educação pública ao final dos dez anos de vigência do novo plano.

O PNE estabelece 20 metas e 200 estratégias para a educação, a serem cumpridas nos próximos dez anos. Além do financiamento do setor, estão entre as diretrizes a erradicação do analfabetismo e a universalização do atendimento escolar.

Um dos pontos em debate nos destaques é a possibilidade de a União ter de complementar recursos de Estados, Distrito Federal e municípios se estes não atingirem o montante necessário para cumprir padrões de qualidade na educação, conceituados como CAQi (Custo Aluno Qualidade inicial) e CAQ (Custo Aluno Qualidade).

PNE: instituições particulares serão beneficiadas pelos 10% do PIB

No início da tramitação, o MEC (Ministério da Educação) propôs a destinação de 7% do PIB para o setor. A sociedade defendeu os 10% e conquistou a porcentagem.

Ao longo da tramitação, a disputa foi para que os 10% fossem destinados exclusivamente à educação pública.

O MEC e entidades ligadas ao setor privado defendiam que os recursos fossem destinados também a programas como o ProUni (Universidade para Todos) e o Ciência sem Fronteiras, o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) e o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).

Cálculos do financiamento



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Parte do necessário para complementar os 10% do PIB virá da Lei dos Royalties, sancionada no ano passado. No entanto, apenas esses recursos não serão suficientes para atingir a marca de investimento de 10% do PIB, que significam R\$ 240 bilhões a mais de prefeituras, Estados e União. No final do ano passado, o então ministro da Educação, Aloizio Mercadante, disse não ter fonte segura que garanta esse recurso.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 29/05/2014
Assunto: PNE		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Câmara aprova texto principal do Plano Nacional de Educação

Proposta prevê investimento público de 10% do PIB na área em 10 anos.

Deputados decidem na semana sobre três mudanças no projeto.

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (28) o texto principal do Plano Nacional de Educação, que estabelece metas e estratégias para o setor no período de 10 anos, entre elas a previsão de investimento público na educação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) até o final do decênio.

Os parlamentares analisarão na próxima semana três destaques que propõem alterações ao texto. Depois que concluírem a votação, o projeto seguirá para sanção presidencial.

A proposta, de autoria do Executivo, já havia sido aprovada pelos deputados em 2012, mas como foi modificada no Senado, voltou para a Câmara. Atualmente, o país aplica 5,1% do PIB no setor, incluindo recursos da União, dos estados e municípios.

Pelo texto-base da proposta, os 10% do PIB poderão ir tanto para investimentos em escolas públicas quanto para programas como o ProUni (incentivo fiscal para universidades privadas em troca de bolsas para alunos de baixa renda) e o Fies (financiamento das mensalidades para estudantes em faculdades particulares).

Há, contudo, um destaque que retira esses programas do cálculo dos 10% do PIB. O objetivo da proposta de alteração é destinar o percentual inteiramente para investimentos na qualidade das escolas, creches e universidades públicas.

Metas

O texto principal prevê 20 metas a serem cumpridas nesta década na área de educação, como a erradicação do analfabetismo e universalização da educação infantil (crianças de 4 e 5 anos), do ensino fundamental (6 a 14 anos) e do ensino médio (15 a 17 anos).

A oferta de educação infantil em creches deverá ser ampliada de forma a atender mínimo de 50% das crianças de até três anos. Ao final dos dez anos de vigência do PNE, os brasileiros deverão ser alfabetizados, no máximo, até os seis anos.

O plano determina também que 50% das escolas públicas deverão oferecer educação em tempo integral, a fim de atender pelo menos 25% de todos os alunos da educação básica.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A escolaridade média da população de 18 a 29 anos deverá ser elevada e alcançar mínimo de 12 anos de estudo. O número de matrículas na pós-graduação também precisará crescer.

O plano prevê formação de 60 mil mestres e 25 mil doutores por ano ao final de sua vigência.

Professores

O PNE trata ainda da valorização dos professores da rede pública. O rendimento médio dos profissionais da educação básica deve ser equiparado aos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Após dois anos de vigência do plano, o governo deverá elaborar planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior públicas, sendo que a remuneração dos professores da educação básica deve ter como referência o piso salarial nacional, que é definido pela Constituição Federal.

O projeto estabelece metas para melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A média do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental atualmente está em 4,6 (em uma escala até 10). A meta é chegar a 6.

O plano também pretende melhorar o desempenho do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). Em 2012, a média dos resultados em matemática, leitura e ciências foi de 402 pontos. A expectativa é chegar a 473 ao final de dez anos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Revista Veja	Editoria: Educação	Data: 29/05/2014
Assunto: PNE		Página: on-line



SOB CRÍTICAS DE ESPECIALISTAS, PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO É APROVADO NA CÂMARA COM ATRASO DE 4 ANOS

Estudiosos afirmam que projeto de lei não detalha estratégias para melhoria do ensino nem exige aprimoramentos na gestão dos recursos extras que virão

A Câmara dos Deputados aprovou na noite desta quarta-feira o texto-base do Plano Nacional de Educação (PNE), documento que estabelece 20 metas e mais de 200 estratégias para o setor no Brasil nos próximos dez anos (confira os principais pontos na lista abaixo). Destaques apresentados pelos partidos serão analisados na próxima semana. É o caso da proposta que obriga a União a complementar recursos de estados, Distrito Federal e municípios se estes não investirem o suficiente para cumprir padrões de qualidade. Depois, o projeto de lei seguirá para sanção presidencial. O PNE aprovado pelos deputados deveria ter entrado em vigor em 2011, como manda a Constituição. Contudo, o Executivo federal só entregou o projeto para o Congresso em dezembro de 2010. Deste então, ficou parado devido à falta de consenso sobre pontos como investimento em educação e metas de desempenho do ensino.

Em linhas gerais, o texto aprovado determina que o Brasil amplie o acesso à educação e melhore a qualidade do ensino até 2024. Isso inclui, entre outras metas, erradicar o analfabetismo, universalizar o ensino básico e oferecer escolas em tempo integral em metade das unidades do país. Também fazem parte dos objetivos a ampliação no número de vagas no ensino superior, incluindo pós-graduação, e a garantia de aprimoramento da formação e aumento do salário dos professores. As metas referentes à universalização do ensino e à erradicação do analfabetismo já constavam no PNE anterior (2001-2010) e não foram cumpridas.

Para especialistas, as estratégias relativas à melhoria do ensino deveriam ser mais detalhadas. "A baixa qualidade é o maior problema da educação brasileira e a falta de detalhamento sobre como garantir o avanço efetivo é uma falha do plano", afirma a consultora de educação Ilona Becskeházy. O economista Milton Pignatari, professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, faz outra crítica, desta vez voltada à ampliação do investimento na área. "É claro que a educação precisa de mais dinheiro, mas o PNE não prevê a melhor gestão dos recursos, apenas dá mais verba para a área, sem definir como será realizado o monitoramento das despesas."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Empresas querem investir em educação. Falta um plano

Segundo o plano, até 2024, o investimento em educação crescerá paulatinamente, atingindo o equivalente a 10% do PIB ao ano — quase o dobro do praticado atualmente (5,3%). No quinto ano de vigência do plano, o valor já deve estar em 7%. O plano prevê ainda complementação da verba com 75% dos royalties obtidos na exploração do pré-sal. O bolo será distribuído entre as 20 metas, de acordo com valores pré-definidos pelo projeto de lei. Para universalizar a pré-escola, por exemplo, o investimento em dez anos passará de 10,3 bilhões de reais para 16,8 bilhões de reais. Já para equiparar o salário dos professores com os de outros profissionais graduados, o valor chegará a 40,9 bilhões.

Para Priscila Cruz, presidente da ONG Todos Pela Educação, a aprovação do projeto de lei é uma vitória parcial. "Seria uma vitória completa se o plano tivesse sido aprovado antes. Sabendo que a tramitação poderia ser longa, o MEC deveria ter apresentado um projeto prévio, mas isso só foi feito apenas um mês antes de acabar a vigência do PNE anterior", diz Priscila. Em resumo, o Brasil perdeu tempo para resolver um problema urgente.

Ela salienta ainda problemas em ao menos uma das metas, a de número 5, que estabelece os objetivos para a alfabetização. "O texto diz que todos os alunos devem estar alfabetizados até o 3º ano do ensino fundamental, o que é muito tarde. Além disso, o correto seria determinar a idade da criança, não a série em que ela está, pois teremos crianças de 10 anos de idade ou mais sem saber ler nem escrever."

Assim que o projeto de lei for aprovado pela presidente Dilma Rousseff, Estados e municípios terão prazo de um ano para elaborar seus respectivos planos de educação, tendo como base o texto federal. "Essa etapa é vital para que o PNE não vire letra morta. O Ministério da Educação precisa mobilizar os dirigentes do ensino básico e superior para garantir que os avanços sejam feitos no prazo estabelecido", diz Mozart Neves Ramos, diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna e membro do Conselho Nacional de Educação.

As metas serão monitoradas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), autarquia do MEC responsável pela produção dos indicadores educacionais. A cada dois anos, a instituição deverá publicar um relatório com um balanço dos avanços. "Caberá às entidades organizadas e à sociedade cobrar o cumprimento das metas", diz Ramos.